



Vol. 27, nº 2 (2024)

**FILHOS DE TODO AÇOITE, HERANÇAS DA MEMÓRIA: FATO REAL DE
NOSSA HISTÓRIA EM *ÁGUA DE BARRELA* E *O CRIME DO CAIS DO VALONGO*,
DE ELIANA ALVES CRUZ**

**CHILDREN OF ALL AÇOITE, INHERITANCES OF MEMORY: REAL FACT OF
OUR HISTORY IN *ÁGUA DE BARRELA* AND *O CRIME DO CAIS DO VALONGO*,
BY ELIANA ALVES CRUZ**

Thiago Monteiro do Carmo¹

Recebimento do Texto: 04/10/2024

Data de Aceite: 30/10/2024

Resumo: O objetivo precípua deste trabalho consiste em refletir acerca do apagamento e silenciamento das narrativas negras em detrimento da construção histórica e social de nosso país, a partir dos romances *Água de barreira* (2018) e *O crime do Cais do Valongo* (2023), de Eliana Alves Cruz, pelo viés das relações entre literatura e história, tangenciando as acepções de memória e identidade, apresentadas por estudiosos como: Benjamin Abdala Júnior (2007), Alfredo Bosi (2013), Antonio Candido (1976), Jacques Le Goff (2003), Stuart Hall (2006), Paul Ricoeur (2007) e Edward Said (2003). As narrativas selecionadas acolhem a temática histórico-social em sua configuração textual para transformá-la em ficção, porém, não basta conceber o romance apenas como denúncia, é preciso perceber como essa visão crítica se constrói sem prejuízos à estética. A autora transborda as particularidades do romance-denúncia do período de escravidão no Brasil, atentando para a reflexão sobre as cicatrizes que ficaram daquele período sombrio, que reabrem a cada lembrança e/ou menção do retorno de fatos que não se conseguem sepultar, memórias que devem ser (re)ativadas a fim de construir artificios de luta para a permanência de memórias coletivas, ancestralidade e protagonismo da mulher negra. Ao discutir a ficcionalização e o tratamento estético dado ao material histórico-social, deve-se enfatizar a importância da memória no processo de (de)formação da identidade, reconstituído nas narrativas em discussão. Quanto à formação da identidade, os romances selecionados como corpus da pesquisa manifestam os traços do momento histórico e da realidade política e social neles abordada.

Palavras-Chave: Negro. *Água de Barreira*. *O crime do Cais do Valongo*. Contemporâneo. História.

Abstract: The main objective of this work is to reflect on the erasure and silencing of black narratives to the detriment of the historical and social construction of our country, based on the novels *Água de barreira* (2018) and *O crime do Cais do Valongo* (2023), by Eliana Alves Cruz, from the perspective of the relations between literature and history, touching on the meanings of memory and identity, presented by scholars such as: Benjamin Abdala Júnior (2007), Alfredo Bosi (2013), Antonio Candido (1976), Jacques Le Goff (2003), Stuart Hall (2006), Paul Ricoeur (2007) and Edward Said (2003). The selected narratives embrace the historical-social theme in their textual configuration to transform it into fiction, however, it is not enough to conceive of the novel as just a denunciation, it is necessary to understand how this critical vision is constructed without harming aesthetics. The author overflows the particularities of the novel denunciation of the period of slavery in Brazil, paying attention to the reflection on the scars that remained from that dark period, which reopen with each memory and/or mention of the return of facts that cannot be buried, memories that they must be (re)activated in order to build fighting devices for the permanence of collective memories, ancestry and protagonism of black women. When discussing fictionalization and the aesthetic treatment given to historical-social material, the importance of memory in the process of (de)formation of identity, reconstituted in the narratives under discussion, must be emphasized. Regarding the formation of identity, the novels selected as the research corpus manifest the traces of the historical moment and the political and social reality addressed in them.

KEYWORDS: Black. *Água de Barreira*. *O Crime do Cais do Valongo*. Contemporary. History.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários (PPGEL), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Mestre em Letras pela mesma universidade.



Introdução

Dentre as múltiplas manifestações que compõem o cenário artístico brasileiro, especialmente aquelas voltadas para a diversidade, a produção literária das escritoras negras se destaca como um dos campos mais questionadores. A literatura brasileira de autoria negra problematiza os apagamentos e silenciamentos impostos pela tecitura canônica que sempre tendeu a não dar o devido respeito às produções que forjam a luta contra os avessos obscuros que até hoje são marginalizados. Os romances *Água de barrela* (2018) e *O crime do Cais do Valongo* (2023), de Eliana Alves Cruz contribuem para a (re)construção da identidade nacional ao romper tais apagamentos a partir das expressões textuais da cultura negra em nosso país. Há nas obras da autora grande intelectualidade feminista e a impressão do protagonismo de mulheres negras em suas lutas e sofrimento, mas que ainda assim tem suas vitórias. Muitas mulheres negras presentes no romance *Água de barrela* (2018), a autora venceu o Prêmio literário Oliveira Silveira da Fundação Palmares em 2015, na obra elas encontram na atividade de servir às patroas e sinhás brancas um modo de sobrevivência em quase trezentos anos de história, desde o Brasil na época da colônia até o início do século XX.

O romance remete a esse procedimento utilizado por essas mulheres negras de diferentes gerações e que garantiu o sustento e a existência de seus filhos e netos em situações de exploração, miséria e escravidão. Por outro lado, Eliana Alves Cruz desponta com seu trabalho investigativo de sua própria história em busca de construir a memória coletiva, embora ainda seja um espaço que se configura ainda nos arredores acadêmicos, é papel da literatura e dos leitores fazer com que sejam conhecidas e é nesse sentido que as obras ampliam a perspectivas e interpretações da história dos negros e negras que foram sequestrados e como mercadoria, colocados a serviço do trabalho escravo. Cabe dar o devido tratamento e respeito às nações africanas que compõem nossa sociedade, ao tratar a questão da escravidão no Brasil.

Dessa maneira, através da própria literatura, buscaremos a problematização do retrato de algumas personagens nas obras da autora, para que os crimes investidos até hoje contra a população negra não possam acontecer e isso parte da importância do debate e da discussão das leituras em sala de aula, para além da mera contextualização histórica e da



identificação de características literárias impressas nas obras e que possibilitam enxergar a questão racial dentro de obras literárias nos parece um dos aspectos essenciais da constituição da cidadania brasileira no século XXI, e com a instrumentalização dos conceitos que aqui apresentamos e analisamos no estudo proposto, esperamos contribuir para que a grande população encare ou conheça a verdadeira história de nosso país, através do discurso literário.

Referencial Teórico

O intento inicial é refletir acerca das formas de representação e luta contra o apagamento/silenciamento de autorias negras, que consideramos ser um fator histórico-social e epistêmico, concreto e enraizado na estrutura social do Brasil. As obras *Água de barrela* (2018) e *O crime do Cais do Valongo* (2023), de Eliana Alves Cruz, particularmente as questões histórico-sociais que envolvem o período da frouxa relação que nosso país tem com seu passado (presente) escravista, recriadas na arquitetura da narrativa, contribuindo para a divulgação do nosso passado histórico, em particular do sistema escravocrata conduzida a uma dita abolição e, assim, informar e alertar os leitores acerca da aberração de tais momentos. Ao privilegiar aspectos pertinentes à relação literatura e história e ao papel da memória na formação da identidade do protagonismo, a análise, mais especificamente, evidencia a construção de protagonistas femininas, desvenda os recursos estéticos utilizados pela autora, a partir dos procedimentos narrativos e discursivos das obras, com foco central nos narradores.

Deve-se conceber o texto literário como um produto da linguagem, histórica e socialmente constituído, originado no trabalho humano em sociedade e testemunho material, não apenas do esforço de criação individual, mas também dos condicionamentos sociais, das dimensões culturais, das condições econômicas, dos conflitos éticos e das contradições políticas que configuram o espaço e o tempo em que foi gerado e publicado, como nos ilumina Octavio Paz em *O arco e a lira* (1982). Portanto, toda criação artística é produto de um tempo e de um lugar específicos, e corresponde a uma determinada atuação do homem em interação com o seu universo, configurando, assim, o aspecto da representação na obra literária. Nesse sentido, esta pesquisa propõe refletir acerca dos



romances acima citados, pelo viés das relações instauradas entre literatura, história e sociedade.

As narrativas selecionadas acolhem a temática social em sua configuração textual para transformá-la em ficção; porém, não basta conceber o romance apenas como denúncia, é preciso perceber como esta visão crítica se constrói sem prejuízos à estética. Eliana Alves Cruz ultrapassa as particularidades de um romance-denúncia do período escravista, atentando para a reflexão sobre as cicatrizes que ficaram daquele período sombrio, que reabrem a cada lembrança e/ou menção do retor no de fatos que não se conseguem sepultar, memórias que devem ser ativadas para que não se repitam.

Ao discutir a ficcionalização e o tratamento estético dado ao material histórico-social, deve-se enfatizar a importância da memória no processo de (de)formação da identidade da população marginalizada, reconstituído nas narrativas em discussão e que, dentre outras indagações nos traz à tona sobre a voz do considerado subalterno (embora empregada em contexto voltado às compreensões sobre o de classes e mais precisamente ao proletariado são válidos ao pensar que o negro faz parte de um processo histórico de exclusão, valendo-se do sentido do que seja representação para assumir o lugar do outro em acepções políticas, ao preterir a fala como ponto argumentativo:

O subalterno como tal pode, de fato, falar? Esse questionamento, baseado na autonomia do sujeito subalterno como uma premissa essencialista, remete à preocupação de Spivak em teorizar sobre um sujeito subalterno que não pode ocupar uma categoria monolítica diferenciada, pois esse sujeito é irredutivelmente heterogêneo. (SPIVAK, 1992 p. 11)

Pela estrutura narrativa de *Água de barreira* nos deparamos com a presença de muitas mulheres negras em suas atividades de satisfazer os desmandos das patroas brancas, um meio de sobrevivência em um período recortado por quase 300 anos de história, desde que o Brasil era colônia portuguesa até os primeiros anos do século XX. O título já traz consigo uma simbologia muito grande, no sentido de apontar ao que faziam as mulheres negras em suas gerações para garantir o sustento da família em meio a exploração, miséria e escravidão. O romance traz consigo a história que a gente aprende na escola, com o ponto de vista das pessoas que foram escravizadas e que muda tudo o que as pessoas talvez não entendam a profundidade e necessidade de se discutir a história do Brasil, visto que “a



mais grave carência sofrida pelo colonizado é a de ser colocado fora da história e fora da cidade”. (Memmi, 2007, p. 133).

A educação cumpre o papel da mudança de um destino pré-determinado e não à toa ela é negada no ano de 1888, pois o que ocorrera foi uma falsa abolição, visto que a educação fora um dos direitos negados. As mulheres encontram estratégias para se relacionar com as famílias poderosas, mecanismos para sobreviver e vencer a opressão. Estratégias que eram cotidianas, mas que podiam durar a vida inteira para que as próximas gerações não tivessem ou passassem a mesma opressão. É importante nunca esquecer desse período para não relativizar esse tempo, pois, como visto quando Dona Joana passa em um corredor de escravos e diz:

- Abram a boca dessa mulher! Ordenou aos homens do feitor. Estendeu a mão direita e feitor depositou nela uma faca brilhante, grande e tão afiada que feria só por encostas. Num só golpe ela cortou a língua da escrava. Enquanto o sangue jorrava e os homens se preocupavam em estancá-lo, a senhora continuou recitando, altiva, enquanto caminhava de volta a casa, com a saia manchada de vermelho, sob os olhares de pavor de alguns, choros contidos e ódio mal disfarçado de outros:- Rainha dos anjos, rainha dos patriarcas, rainha dos profetas, rainha dos apóstolos, rainha dos mártires, rainha dos confessores da fé, rainha das virgens, rainha de todos os santos, rainha concebida sem pecado original, rainha assunta do céu, rainha do santo rosário! (CRUZ, p. 39-40, 2018)

O que pretendemos trazer para a baía da discussão nesse ponto é que a opressão e tortura também eram feitas em nome de Deus, mostrando que a religião também perpassa em toda a história, exposto, por exemplo, pelas personagens Damiana e Umbelina. Uma assimila a condição religiosa dos brancos e a outra que mantém a religião que veio de África, para fazer com que suas tradições não se perdessem.

O que se torna ponto de observação primoroso é que embora haja tal divergência, o convívio entre elas é respeitoso e amoroso, estabelecendo elos para que a corrente continuasse, fazendo com que as futuras gerações não passassem por aquilo que passaram. Percebemos nesse ínterim a intenção e a primazia da inovação por parte da autora, ou certa audácia que expressa um exotismo na produção literária brasileira de um momento contemporâneo para que aconteça um desenvolvimento nas letras brasileiras, tanto na modernidade como na pós modernidade e que Eliana Alves Cruz tem em suas obras literárias. A autora dissolve relações de poder pouco e/ou muito perceptíveis, rompendo com a tradição fixa, trabalhando com a arte e com o objeto fazendo emergir novas vozes



com a intenção de produzir novos sentidos ao proporcionar ao leitor um plano profícuo de críticas às relações entre brancos e os negros, que “em outras palavras, eles definem e impõem situações objetivas, que limitam o colonizado, pesam sobre ele, até infletir sobre seu comportamento e imprimir rugas em seu rosto” (MEMMI, 2007, p. 132).

O uso racional da ficcionalidade constrói planos psicológicos sólidos aos personagens, para que notemos uma construção literária rica. Estamos diante de uma intenção provocativa da autora em perceber que as movimentações entre personagens se oferecem de tal maneira ao leitor que experimenta a obra e atualiza a flexibilização do sujeito da obra. Entretanto, a caracterização de um momento literário que ainda está em desenvolvimento é tarefa das mais complexas devido à produção literária brasileira atual ser constante, e de fato lidar com a contemporaneidade é complexo, pois o texto dito contemporâneo demanda uma preparação particularizada, na leitura, por exemplo, em que determinadas metodologias requerem preparação, em que a instabilidade e a dúvida são premissas para a leitura de determinado texto contemporâneo. Nesse sentido, podemos entender que:

[...] o verdadeiro contemporâneo não é aquele que se identifica com seu tempo, ou que com ele se sintoniza plenamente. O contemporâneo é aquele que, graças a uma diferença, uma defasagem ou um anacronismo, é capaz de captar seu tempo e enxergá-lo. Por não se identificar, por sentir-se em desconexão com o presente, cria um ângulo do qual é possível expressá-lo. Assim, a literatura contemporânea não será necessariamente aquela que representa a atualidade, a não ser por uma inadequação, uma estranheza histórica que a faz receber as zonas marginais e obscuras do presente, que se afastam de sua lógica. Ser contemporâneo, segundo esse raciocínio, é ser capaz de se orientar no escuro e, a partir daí, ter coragem de reconhecer e de se comprometer com um presente com o qual não é possível coincidir (SCHØLLHAMMER, 2010, p. 9-10).

Diante disso, os autores talvez não tenham uma visão abrangente sobre o presente, embora sejam leitores abastados do texto e do mundo e, por estruturarem sua escrita em um sentido metafórico, observam a possibilidade de uma presentificação real do tempo, entretanto, não se verifica determinado distanciamento histórico para análises em sua totalidade, há uma procura em imprimir realismo em obras que não se configuram na simples volta à escola literária dita realista, mas na intenção de se trabalhar realidades pessoais e coletivas em que é perceptível a memória histórica no contemporâneo e que essa constituição de texto traz consigo um novo limiar aos estudos que enveredam à análise da produção literária afro-brasileira, tendo em vista que:



Da mesma maneira que uma concepção essencialista da nação vem sendo problematizada, preceitos tais como o valor artístico dos artefatos culturais, por grande tempo considerado qualidade intrínseca e indispensável aos textos literários, passa a ser visto como o resultado da interação de fatores intrínsecos e extrínsecos, fatores estes que sempre incluem nuances políticas, refratando os interesses hegemônicos, marcados por cruzamentos que envolvem o gênero, a raça, a classe e a sexualidade, entre outras questões (...) A relativização dos processos de constituição dos cânones nacionais vem possibilitando a constituição de um espaço importante para grupos minoritários que deles se viram excluídos ao longo da história. Assumindo suas próprias vozes, e reivindicando tradições culturais próprias, esta nova geração de críticos literários e pensadores da cultura passam a lutar pela flexibilização dos parâmetros da história literária canônica, com vistas a abrir espaço para outros textos e para outros discursos. (ALÓS, 2009)

Entende-se, assim, que a contemporaneidade parte de uma vontade de fundamentar presença em relação à vontade de que a obra proporcione efeitos reais. Esse objetivo parte por vias da tentativa de impressão da realidade social e cultural da literatura (diferentemente da mera representatividade). É viável acrescentar que ser contemporâneo é estar inserido no mundo atual e que esse tal realismo social e da experiência individual corroboram para produzir o sentimento de presença na literatura contemporânea.

Como dito anteriormente, o romance *Água de barrela* é baseado na história de mulheres pertencentes à família da autora, antepassados negros que cruzaram o Atlântico à força para servirem como mão de obra escrava aos aristocratas da época, que alimentavam sua riqueza a partir do comércio negreiro. Os primeiros a chegar ao Brasil são Akin Shangokunle, batizado como Firmino e Ewà Oluwa (Helena), ao passarem pela lastimável situação presente nos navios negreiros, são comprados por uma família que entrecorta o destino das personagens e de suas famílias e mais adiante, a filha de Ewà dá continuidade à história e memória das lutas daqueles que foram tirados de África.

Água de Barrela faz emergir personagens deixados de lado e que são, por força e vontade do discurso dominante, marginalizados da história de nosso país e que tem de observar uma falsa condição de democracia racial.

Por isso, importa discutir as possibilidades e as condições da ampliação do cânone que a categoria literatura-mundo proporciona, na medida em que permite neutralizar a oposição disjuntiva entre universal e local quando se estudam escritores de países cujas literaturas não estariam no grupo das “altas literaturas” (Perrone-Moisés, 1998). (MATA, 2023)

O enredo põe a mostra as narrativas cruéis impostas pelos senhores de escravos em quase 300 anos, a partir de uma reflexão crítica sobre todos os tipos de violência sofrida



pelo povo negro, mas que sobretudo lutavam e ainda lutam por liberdade no sentido mais amplo da palavra, visto que o fim verdadeiro da escravidão ainda é algo distante. Existir é uma condição ainda mais difícil para o povo negro e a luta contra a segregação, embranquecimento, sexismo e todas as formas de opressão são pautas diárias e que deveriam ser de todos, em busca da preservação de crenças e da identidade negra.

Ao longo de toda uma geração de mulheres lavadeiras, empregadas domésticas, amas de leite, vendedoras de quitutes, doces, pamonha, etc., estas personagens negras demonstram, primeiro, o desempenho do papel de força de trabalho desde o período da escravidão até os dias de hoje

“– Pois eu vou lavar as privadas desses brancos, vou lavar louça, roupa, passar, engomar... Mas ninguém depois de mim vai fazer isso outra vez na minha família, está ouvindo bem? Ninguém! E isso vai começar com essa – e apontou para Celina, que ficou encolhida em um canto” (CRUZ, 2018, p. 243).

Muito antes das mulheres brancas brigarem pelo direito de trabalhar fora de casa, as mulheres negras, antes escravizadas e depois libertas, já contribuía economicamente para a manutenção do status quo dos senhores brancos, e posteriormente dariam uma grande contribuição no sentido de garantir o sustento de suas famílias, de seus filhos. Tal princípio possibilita criar indagações a partir da leitura de obras contemporâneas, fruto do impacto que a mídia insere na literatura e é necessário que consideremos que ela contribui satisfatoriamente às produções literárias atuais, pois insere outros gêneros textuais, adaptando uma linguagem fragmentária como artifício para se falar do real e do agora, tendenciando uma nova característica das produções contemporâneas, a autoficção.

Por meio também da criação de redes de solidariedade, unidas por um sentimento de coletividade, estas mulheres negras possibilitariam um futuro mais digno, livre e menos explorada para seus herdeiros e herdeiras de lutas:

Depois de tirar toda aquela roupa dos caldeirões com o alvejante, Isabela, Umbelina e Dasdô, cantando sambas de roda numa mistura mágica de português com nagô, ewe e outras línguas D'África, acomodaram tudo em balaies e se puseram na parte de trás do sobrado, a estender uma a uma as peças muito alvas no extenso varal e no gramado. Na varanda atrás da cozinha, Cecília pilhava milho. Risos misturados com os cantos e com o cheiro de limpeza. O sol fervendo e a roupa secaria cheirosa, alva e brilhante... (CRUZ, 2018, p. 13).

Temos presenciado a produção de literaturas sobre um passado silenciado como forma de arquivo que, no contexto contemporâneo, sobretudo no período atual, ganha



ainda mais relevância e status de artífice de luta, visto que a produção desse tipo de literatura que busca imprimir a memória e o negro como sujeito protagonista da história no Brasil evoca uma aproximação com o leitor ao utilizar a linguagem de maneira usual, em sua essência coloquial, promovendo a experiência de um período tenebroso. Pelos caminhos construídos pela ficção, o leitor entende os contextos que lhe são permitidos e, principalmente, aqueles omitidos pelas forças repressoras que agem até hoje.

A proposta de literaturas que têm como escopo a escravidão no Brasil é viabilizar, a partir da linguagem, um projeto de intervenção, de resistência, inscrito na questão histórica retratada na obra, a qual faz emergir no leitor, na contemporaneidade, um sujeito histórico e político, alteridade promovida em diferentes níveis, estabelecidos para utilização no hoje, no presente. Pensando no viés de seu alcance, o que deve importar é a construção de certo conteúdo memorial, evidentemente considerável, a ponto de articular pensamentos críticos sobre determinadas representações, e, nesse ínterim, *Água de Barrela* (e também *O crime do Cais do Valongo*), pode ser:

Auxiliar de uma memória forte, a escrita pode, ao mesmo tempo, reforçar o sentimento de pertencimento a um grupo, a uma cultura, e reforçar a metamemória. Assim, o escritor local, aquele que tem o poder de registrar os traços do passado através dos traços transcritos. Entretanto, com frequência a escrita, como modalidade de expansão da memória, deixa a busca identitária incompleta (CANDAU, 2019, p. 109).

É criticando as verdades impostas e expandindo o espaço à crítica sobre o que tenha acontecido, que a linguagem utilizada e o fazer literário se tornam cruciais ao desenvolvimento de um enredo polissêmico, campo fértil para diversas indagações e proposições de entendimento e críticas a um momento trágico: “essa memória deixa traços compartilhados por muito tempo por aqueles que sofreram ou cujos parentes ou amigos tenham sofrido, modificando profundamente suas personalidades (CANDAU, 2019, p. 151):

No fundo, ela achava que o que se queria mesmo era que tudo fosse mergulhado nessa água que branqueia. As roupas, as vidas, as pessoas. Todos mergulhados na água de barrica. Riu intimamente, imaginando a cena. Cem anos. Não entendia por que comemoravam com aquela explosão de alegria alguém que durou tanto. Olhava-se no espelho e não gostava de se ver tão velha, apesar de ter a pele surpreendentemente viçosa para alguém que estava prestes a soprar cem velas (CRUZ, 2018, p. 15).



Ao ver-se refletida no espelho, após tantos anos e tantas gerações de vidas negras despedaçadas pelo racismo, pelo sexismo, pela segregação e pela opressão, Damiana questiona-se, de fato, existe algo a ser comemorado, se o tão celebrado e conquistado 13 de maio (dia da abolição da escravatura, em 1888) teve alguma influência efetiva na vida destes sujeitos ainda presos. Para as personagens do romance, desde Firmino e Helena, até Damiana, suas filhas e posteriormente netos e bisnetos, o passado da escravidão ainda se faz presente em suas vidas, pela falta de escolha, pela miséria, pela humilhação. Nesse sentido, se para as personagens negras o passado parece não passar, as personagens brancas lutam com unhas e dentes para que mantenham a mesma posição de dominadoras dos séculos anteriores, sustentadas pela força dos negros e negras. Como a narradora do romance afirma:

O tempo é como farinha numa peneira: não se pode impedir que escorra rápido até sobrar apenas o que não pode passar em seus orifícios. E ele seguiu seu curso implacável para os que cumpriam as tarefas braçais da vida e fluía em seu passo lento para os que desfrutavam do ócio nada produtivo. Na visão dos que viviam para servir, a maioria dos senhores apenas arrumava formas para não fazer nada. Maneiras inventivas certamente, mas mesmo assim inúteis (CRUZ, 2018, p. 244).

A narradora toma para si um posicionamento importante ao selecionar o que narrar e como narrar, pois seus discursos ganham corpo e se colocam como produto a ser avaliado não só pelos que podem tomá-lo como aspecto íntimo, mas também por aqueles que o repudiam. Sua atitude narrativa se exprime a partir da produção da autora, visto que, em sua atividade, propõe uma personagem embriagada de assuntos fraturantes, em que a verdade possa ser considerada como algo relativo ou configurada a partir de um determinado contexto, de modo que, em determinado momento histórico, a realidade é considerada como algo supérfluo e, por isso, pressupomos que tal atitude seja um plano para avaliações, delimitando, entretanto, os valores pelos quais o enredo é conduzido, escolhendo certas evidências em detrimento de outras:

Para Chambers, é possível distinguir três tipos de atos narrativos violentos: a violência de substituição, a violência de exclusão e a violência de focalização. Cada narrador escolhe a forma que melhor responde as suas necessidades, que, com maior eficácia, atende os seus interesses semióticos. Entretanto, todas as narrativas ocultam ou expõem todas as formas de violência, pois necessitam, senão de um narrador, pelo menos de uma instância que regule a multiplicidade das vozes e dos discursos (PETERSON, 1995, p. 120).



Com o uso de uma linguagem pendente ao coloquial, a autora instiga o leitor a experienciar a violência exercida pelas convenções sociais, responsáveis por promover atividades bestiais, que não estavam no início e muito menos tinham vontade de se apresentar como fim. O que notoriamente é identificado é que não havia tantos meios de reação e que os fatos não seriam passageiros, mas que estariam marcados na memória daqueles que por sorte ou fatalidade continuariam com suas vidas.

O que nos compele nesse momento é verificar a participação fundamental da memória no sentido de nos guiar dentro de fatos históricos. Lembrar, esquecer, ou poder lembrar e poder esquecer são nortes que inferem a permanência ou ausência de situações que ora estão guardadas, ora estão expostas. As condições históricas preterem o dever que a memória tem de expandir debates sobre as chagas abertas e que estão longe de cicatrizar, visto que estão vivas e que são conflitantes na memória individual, coletiva e histórica, ao passo que está à mostra:

A questão colocada pelo dever de memória excede os limites de uma simples fenomenologia da memória. Ela excede até os recursos de inteligibilidade de uma epistemologia do conhecimento histórico. Finalmente, enquanto imperativo de justiça, o dever da memória se inscreve numa problemática moral que a presente obra apenas não resvala. Uma segunda evocação parcial do dever de memória será proposta no âmbito de uma meditação sobre o esquecimento, em relação com um eventual direito ao esquecimento. Seremos então confrontados com a delicada articulação entre o discurso da memória e do esquecimento e o da culpabilidade e o perdão (RICOEUR, 2007, p. 104).

Toda via, em *O crime do Cais do Valongo* (2023), outro romance da autora e que será tomado nesse intento como corpus para que façamos as devidas análises sobre assuntos que ainda hoje parecem ser invisíveis, contrapondo o editorial brasileiro que em raras vezes colocam a mulher negra no protagonismo literário. O início do livro já se mostra impactante, pois volta aos tempos de Dom João VI, e como mote temos a morte de um comerciante em ascensão em uma região da cidade do Rio de Janeiro, chamada Valongo.

Ao desenvolver o enredo percebemos algumas pistas sobre os motivos e possíveis suspeitos, que pela narrativa transitória entre a ficção e conteúdo histórico tende de imediato fazer com um leitor desavisado o limite a classificação de romance histórico-policia, embora hajam indagações ao longo da leitura que mostram que o livro vai muito



além dessa mera determinação, implicando a pensar qual seria o verdadeiro crime: contra a história da população negra e do Brasil? Quais as pessoas que escreveram nossa história?

O romance é narrado pela moçambicana Muana Lomué e pelo livreiro Nuno Alcântara Moutinho, expõe com muita riqueza de detalhes e que assim demonstra o esforço de pesquisa da autora, o dia a dia do Rio de Janeiro e suas tristes marcas históricas que negligenciam até hoje o horror da escravidão, todavia encontramos também um enredo embriagado de aspectos culturais de nossa formação identitária em suas características sociais advindas dos povos africanos que foram sequestrados e servir como mão de obra escrava. Percebe-se haver certa fragmentação formal apresentada nas duas obras pode ser entendida como forma de refletir na estrutura ou desestrutura do romance, a (des)estrutura da sociedade brasileira em tempos de colônia de Portugal. Apresenta uma forma de resistência à forma estabelecida do gênero romance, operacionalizando uma reestruturação internamente, como forma de manifestar a resistência no aspecto temático.

Para entendermos o plurilinguismo presente em *O crime do Cais do Valongo*, a autora apresenta a organização das palavras de maneira que elas sejam dispostas exercendo a função de multiplicadora de vozes a partir dos narradores, observando, no processo de construção narrativa, dois percursos: a perspectiva expressiva das personagens e, notoriamente, a da autora. Entretanto, o percurso da autora deve ser considerado como construção estrutural do fazer artístico, relacionando se ao processo de criação estética em que há a aglutinação de discursos ou a justaposição de vozes em que os discursos se encontram, traçando pontos de vista contidos em pontos de vista, estando lá ao mesmo tempo em que não estão:

Todas as formas que introduzem um narrador ou um suposto autor assinalam de alguma maneira que o autor está livre de linguagem uma e uma e única, liberdade essa ligada à relativização dos sistemas lingüísticos literários, ou seja, assinalam a possibilidade, no plano lingüístico, ele não se autodefinir, de transferir as suas intenções de um sistema lingüístico para outro, de misturar a “linguagem comum, de falar por si na linguagem de outrem, e por outrem na sua própria linguagem. Do mesmo modo que em todas essas formas (o relato do narrador, do suposto autor, nelas dos personagens) ocorre a refração das intenções do autor, distâncias diferentes entre cada momento da linguagem do narrador e do autor: a refração pode ser ora maior, ora menor, e em alguns momentos pode haver uma fusão quase total das vozes (BAKHTIN, 1993, p. 119).



Por outro lado, O que a autora faz com muita primazia é ampliar ou expor de forma escancarada a percepção de mundo dos subalternizados, entendendo a ancestralidade, o corpo mítico como modelador de condutas e os procedimentos de ligação entre o visível e o invisível, expressos em toda a sorte de mandingas, como componentes da sofisticada cosmogonia e dos modos de invenção da vida dos povos saídos de África.

A tragédia da diáspora, afinal, também é um empreendimento inventivo de rara potência, pois “nada de particular a sua existência própria, que mereça ser retido pela consciência coletiva, e festejado. Nada a não ser um grande vazio” (MEMMI, 2007, p. 144) que deva ser interrogado para que saibamos quem são os nossos verdadeiros heróis e que as próximas gerações saibam quem sejam e que essa premissa e tantas outras sejam presentes na memória.

Essa presença dialógica favorece o leitor quanto à percepção de que a autora se expressa por várias linguagens na mesma obra a partir das linguagens dos narradores e outras personagens; e, na linguagem literária, possibilitando que o autor permaneça em uma posição de neutralidade para que tenha condições de não se definir, de falar por si pela linguagem do outro na qual sua linguagem está contida, fundindo os dois e fazendo emergir perspectivas diferentes a partir do processo dialógico, que fica perceptível pela voz de Muana:

As primeiras vezes que lá estive foi com meu senhor, mas depois, de tanto me ver perambulando na loja da Gazeta, o criado Justino me conhecia e recebia os papéis dos avisos mesmo que eu estivesse sozinha. Ele me sorria e estendia a mão. Eu entendia tudo o que estava escrito, mas o Justino nem desconfiava e era melhor que continuasse assim. (CRUZ, p. 14, 2023)

A perspectiva de narrar compreende processos de mudança de maneira lógica, expondo os acontecimentos da vida social de determinado grupo, os quais são carregados de características culturais, frutos de tradições construídas com o passar do tempo e que são naturalmente repassadas até que sejam construídas novas narrativas. Embora passemos por um novo momento da narrativa literária, essa arte traz por primazia aspectos comuns de tempos antigos e a conjuntura contemporânea:

A narrativa põe naturalmente os acontecimentos em perspectiva, une os pontos, ordena antecedentes e consequentes, relaciona coisas, cria o passado, o presente e o futuro, encaixa significados parciais em sucessões temporais, explicações e significações estáveis [...]. Os acontecimentos relatados pelas narrativas



(realistas ou imaginárias) são performatizados por personagens, atores que representam seres humanos concretos ou imaginários, e realizam coisas que os humanos também realizam (antropomorfismo natural da narrativa) a construção de personagens e ações na narrativa é uma representação de condutas humanas que fornecem ao narrador a matéria-prima e os modelos. Ao narrar, alguém está explorando na sua imaginação possíveis desenvolvimentos (reais ou ficcionais) das condutas e comportamentos humanos, que os teóricos chamam de atividade mimética (ou imitação) (MOTTA, 2013, p. 73).

A autora transborda a apresentação de uma África pouco conhecida na literatura brasileira, aquela da parte oriental do continente. A unidade portuguesa já é uma ficção. Frações da sociedade que em pouco são expostas nas obras portuguesas (açorianos e madeirenses, por exemplo) ganham espaço cultural na obra, entre violências tantas e afetos vários, no contato conflituoso e/ou negociado com negros que não se viam como africanos, mas como membros de sua aldeia: mandingas, bijagós, fantes, guns, baribas, gurúnsis, quetos, ondos, ijebus, oiós, ibadãs, benins, ijexás, anzicos, congos, andongos, songos, pendes, lenjes, ovimbundos, nupês, ovambos, macuas, mangajas, e outros tantos.

Conclusão

O mundo contemporâneo impulsiona as relações humanas e nelas há diversas maneiras e intenções comunicativas que retratam o interesse do sujeito em se identificar ou não com determinados grupos sociais, bem como mostrar seu lugar no mundo. Desse modo, várias ferramentas são utilizadas para atingir objetivos que levam à estruturação da obra, como a literatura moderna, que insere novas situações e paradigmas em relação ao texto literário e seus elementos.

A partir dela é que vemos a construção e desconstrução de elementos identitários, o rompimento de fronteiras psicológicas e geográficas, utilizando a ficção como suporte de demonstrações e interpretações de nossa sociedade e cultura; entretanto, é pelos elementos imbricados na linguagem que se constata a multiplicação do sujeito e dos discursos ativados em detrimento das intenções evocadas pelos indivíduos. Nesses termos, o texto literário é de suma importância por conciliar diversas características das sociedades nas obras em relação ao momento de sua expressão.

A cidade cindida pela Pedra do Sal, que tentou afastar da Corte o horror do comércio negreiro feito pelas bandas do Valongo, é também a cidade cerzida por aqueles



que tiveram a sua humanidade negada pela coisificação e o sequestro, além da ação contumaz por parte do Estado ao apagar e negar os direitos àqueles que tiveram suas vidas violentadas por não terem possibilidade de expor sua identidade, cultura, religião até os dias de hoje. Os romances da autora que pretendemos discutir são os espaços de enveredar o pensamento para novos rumos de nosso país, a partir da reconstrução da história de nosso povo. O romance contemporâneo tem em sua essência a imbricação do estético, do político, cultural, social e histórico, tendo em si a profundidade que outras obras não carregam:

Para compreender que o quadro da narração de uma ficção é, na modernidade e na pós modernidade, o mais adequado para o tratamento das complexas relações entre a forma do Estado e a não-permanência da margem em que se trocam constantemente os dados da intra e da extraterritorialidade. O romancista escreve para inventar o lugar de onde vem (e suas genealogias), para des-limitar seu território impossível. É uma questão de sobrevivência... e de morte. Saber de onde isto fala, eis que dá ao romance sua razão de ser (PETERSON, 1995, p. 132).

A obra carrega consigo vozes negras, tendo em vista que a palavra carrega um interdito e a linguagem estética se dispõe a operar por meio de imagens simbólicas com o intuito de representar e criar ar ficcional aos dramas e comportamentos humanos, a partir dos saberes afro-brasileiros. Na literatura, a linguagem verbal é profundamente instigante e metafórica, deixando evidente a fragmentação formal em que há impossibilidades de narrar diretamente a censura, a violência e traumas do contexto histórico abordado porque podem não escapar do crivo das informações que, algumas vezes, assumem momentos de exceção para determinados autores canonizados.

Outra função compete, contudo, à literatura, pela via do discurso literário, a experiência leitora nos confronta com uma forma de conhecimento outra, autônoma, em que entra em jogo a sensibilidade, a empatia, a alteridade. É nesse ponto que o romance de Eliana Alves Cruz revela a sua maior potência: pela decodificação da linguagem mítico-sagrada das religiosidades de matriz africana, é para além dos domínios da razão o impacto da tomada de consciência frente aos crimes de morte e sepultamento de africanos sem o devido reconhecimento e respeito às manifestações de seu sagrado na região conhecida como Cemitério dos Pretos Novos, Zona Portuária do Rio de Janeiro. Significa, de fato, a quebra de um elo cíclico entre os viventes desse mundo com os antepassados do além que garante a base de sustentação da concepção cosmogônica de muitas dessas tradições.



Referências

ABDALA JR. Benjamin. **Literatura, história e política**: literaturas de língua portuguesa no século XX. São Paulo: Ateliê editoria, 2007.

ADORNO, Theodor W. Posição do narrador No romance contemporâneo. In: _____. **Notas de literatura I**. Tradução de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2003.

ALÓS, A. P.; SCHMIDT, R. T. **Margens da Poética/Poéticas da Margem**: o comparatismo planetário como prática de resistência. *Organon*, Porto Alegre, v. 23, n. 47, 2009. DOI: 10.22456/2238-8915.29514. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29514>. Acesso em: 11 jun. 2024.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de literatura e de estética** (A Teoria do romance). Trad. Aurora Fornoni Bernadini et al. 3. ed. São Paulo: Edunesp/Hucitec, 1993.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2019.

CANDIDO, Antonio. A timidez do romance. In: _____. **A educação pela noite e outros ensaios**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989. (p. 82-99).

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 5. ed. São Paulo: Nacional, 1976.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. **Vários escritos**. São Paulo: Duas cidades, 1995.

CRUZ, Eliana Alves. **Água de barrela**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

CRUZ, Eliana Alves. **O crime do Cais do Valongo**. Rio de Janeiro: Malê, 2023.



EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**. Tradução de Sandra Castello Branco. São Paulo – Editora: UNESP, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. 2. ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1990.

LUKÁCS, Georg. **O romance histórico**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.

LUKÁCS, Georg. **Teoria do romance**. Tradução de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2000.

Mata, I.. (2023). **Estudos literários africanos e literatura-mundo: reflexão sobre a epistemologia da crítica literária**. *Revista Brasileira De História*, 43(93), 43–60. <https://doi.org/10.1590/1806-93472023v43n93-04>

MEMMI, Albert. **O retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MUIR, Edwin. **A estrutura do romance**. Trad. Maria da Glória Bordini. Porto Alegre: Globo, 1988.

PETERSON, Michel. **Estética e política do romance contemporâneo**. Trad. Ricardo Iure Canko. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SAID, Edward W. **Humanismo e crítica democrática**. Tradução de Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHØLLHAMMER, Karl Erik. **Ficção brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010